

Aprendizagem histórica, construção e manutenção dos ideais de gênero na telenovela: um estudo da novela Gabriela

ELISABETE ZIMMER FERREIRA¹

JÚLIA SILVEIRA MATOS²

[...] Os personagens que se apresentam nos filmes e nos programas de televisão tornam-se referências comuns para milhões de indivíduos que podem nunca interagir um com o outro, mas que partilham, em função de sua participação numa cultura mediada, de uma experiência comum e de uma memória coletiva [...] (THOMPSON, 2009b).

Introdução

Os saberes históricos são vistos por algumas pessoas como algo abstrato, resultado muitas vezes da utilização de uma abordagem tradicional para o ensino desta disciplina. Esse método aloca e apresenta a história como uma sucessão de eventos e datas desconexas da realidade, assentando-a numa posição de ciência do passado. No entanto, a aprendizagem dos saberes históricos se realiza de formas diferentes, na maioria das vezes para além das salas de aulas, as quais estão diretamente relacionadas às instâncias em ela se processa.

De acordo com Rocha, Magalhães e Contijo (2009), o ensino de história se processa em duas instâncias: acadêmica, e de circulação massiva, as quais possuem caracteres distintos. Aprendizagem histórica, portanto, ocorre mediante três fatores: o primeiro diz respeito à consciência histórica surgida no cotidiano, na práxis da vida, regida pela cultura do indivíduo, o segundo relaciona-se a historiografia, ou seja, o modo como as informações dos eventos históricos inscritos na mente dos homens é transformada em história oficial o que envolve métodos de pesquisa, referenciais teóricos, argumentação e narrativa; o terceiro fator é próprio sistema escolar e forma com que se ensina história (MARTINS, 2012).

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em História - Mestrado Profissional em História Pesquisa e vivências de ensino-aprendizagem/FURG. Contato: elisabetezimmer@yahoo.com.br

² Doutora em História, Professora da Universidade Federal do Rio Grande e do PPGH-Mestrado Profissional em História/FURG. Contato: jul_matos@hotmail.com

A partir dessa perspectiva, no presente artigo propomos analisar as relações dialéticas entre a promoção da consciência histórica e a representação dos ideais de gênero na telenovela Gabriela e essa como meio de massificação da aprendizagem histórica. A temática aqui proposta dialoga com uma análise que visa também compreender como a novela Gabriela em seus principais temas apresenta capacidade de promoção da consciência histórica, sob a ótica da teoria social e crítica da comunicação de massa.

A novela Gabriela, alvo desta pesquisa, exhibe uma representação do coronelismo vivido no país no início do século XX e da situação da mulher na sociedade da época, trazendo junto a isto uma discussão histórica do presente. A partir dessa constatação, alguns questionamentos emergiram para dirigir essa pesquisa: Como se constituem as representações da mulher na telenovela Gabriela? E por fim: A telenovela Gabriela possibilita, através de seu enredo, o desenvolvimento de aprendizagem histórica?

A presente problematização surge, porque compreendemos o produto televisivo, em nosso estudo, como promotor e produto da consciência histórica. Nessa direção, para Rüsen a consciência histórica vai além do simples conhecimento do passado, ela perpassa a compreensão deste passado, o que se dá pela formulação de um conjunto de operações mentais, as quais finalmente conduzem ao pensamento histórico e sua aplicabilidade no cotidiano (SCHIMIDT, BARCA, MARTINS, 2010).

Portanto, a análise deste tipo de documento (do presente) nos permite entender também as relações entre cultura, comunicação e poder, visto que quem possui o poder midiático, dita as regras para o comportamento social, enquanto quem assiste em geral as assimila.

1.1 A telenovela: fonte e promotora de saberes históricos

A telenovela no presente estudo assume o papel de promotora e fonte de saberes históricos, que são produtos de roteiristas, escritores, diretores e artistas, mas, que não perde seu papel formador de consciência histórica. Isso porque a televisão, espaço pelo qual são veiculadas as novelas, é um meio de comunicação massiva que alcança um grande número de pessoas, pois só no Brasil está presente em 95,7 % dos domicílios (IBGE, 2010), sendo ainda respaldada por lei como bem impenhorável (BRASIL, 1990), por ser entendida como meio de

divulgação de cultura. Deste modo, sua mensagem chega aos telespectadores informando-os sobre temáticas eleitas para a discussão no momento de sua veiculação.

Dentre os produtos da indústria midiática destacam-se as telenovelas, pois não há distinção entre classe social, nem padrão de idade de seu público, uma vez que trazem em seu enredo uma representação de fatos sociais proporcionando a identificação dos telespectadores e promovendo a integração social (TONON, 2005). Elas trazem discussões sobre temas polêmicos, entre os quais estão alocadas as questões de gênero, logo, a observância deste tipo de documento permite entender as relações entre cultura, comunicação e poder, visto que quem possui o poder midiático, dita as regras para o comportamento social, enquanto quem assiste em geral as assimila.

A novela Gabriela exibiu uma representação do coronelismo vivido no país no início do século XX e da situação da mulher na sociedade da época, trazendo junto a isto uma discussão histórica do presente. Assim, este artigo, teve como objetivo analisar a representação das relações de gênero envolvendo mulheres na telenovela Gabriela e suas implicações para a aprendizagem histórica.

Nessa direção, para a presente pesquisa optou-se pela análise da versão de 2012 da telenovela Gabriela, devido ao fato desta telenovela ser embasada em uma obra de Jorge Amado com grande repercussão literária e ter sido recentemente exibida pela emissora de TV com maior alcance de sinal no Brasil.

Gabriela foi exibida em 2012, no horário das 23horas e contou com 77 capítulos. Esteve ambientada na cidade de Ilhéus na Bahia. Trouxe em seu enredo a história da jovem Gabriela, uma moça simples, retirante da região mais seca do estado da Bahia que firmou residência na cidade de Ilhéus. No transcorrer da trama foram abordadas temáticas referentes as práticas da sociedade coronelista.

Para nossa análise adotamos a metodologia de análise de Conteúdo, conforme proposta por Laurence Bardin. A partir do emprego desse método foram elencadas três unidades de análise dentro da categoria Mulher, as quais são: violência, casamento e submissão. Tais unidades foram eleitas por seu alto índice de frequência na trama da novela e pela pertinência dos temas para analisarmos como o papel da mulher foi representado nessa adaptação literária para a televisão. O primeiro tema que analisaremos aqui é a violência.

1.2 Violência

A violência foi fortemente representada no cotidiano das personagens Sinhazinha, Malvina, Marialva. A representação das relações entre homens e mulheres na telenovela enfatizou a coisificação feminina. Nessa direção, Andrea Gonçalves afirmou que a relação entre homens e mulheres acaba por “revelar as diferenças sexuais e os papéis sociais a partir das significações históricas e socialmente construídas e designadas, de modo relacional, por mulheres e homens (...)” (GONÇALVES, 2006. p. 73). Nessa perspectiva, os papéis aparecem distintos, como se o homem em sua condição sexual de dominante tivesse o direito de se relacionar com a mulher como um objeto que serviria apenas para servi-lo. Portanto, para a autora, a noção de gênero deve: “ser compreendida como a história da construção social das categorias do masculino e feminino, por meio de discursos e práticas” (GONÇALVES, 2006, p. 77).

Assim, se a categoria gênero é construída socialmente, podemos a partir da análise da novela Gabriela, nos questionar, como os papéis de gênero são apresentados e quais categorias do masculino e do feminino são representadas? No caso da violência sofrida pelas personagens Sinhazinha, Malvina e Marialva nos demonstra a representação de papéis definidos e distintos dentro da esfera privada e pública. Vejamos o caso de Sinhazinha.

Sinhazinha era casada com o coronel Jesuíno, um homem rude ao extremo. Ela buscava consolo na religião para a vida a que estava destinada. O casal não tinha filhos e Jesuíno culpava a esposa por isso, alegando que ela tinha problemas, pois as irmãs de Jesuíno tinham uma grande prole enquanto ela não pudera lhe dar um único sucessor.

Jesuíno costumava viajar para resolver os negócios relacionados às fazendas de cacau e Sinhazinha dedicava-se as obras da igreja. No relacionamento de ambos não havia troca de carinho, nem respeito de Jesuíno pela esposa, apenas agressões e cobranças.

O sexo era exclusivamente para a satisfação do marido, e para buscar um herdeiro para as fazendas da família, não havia qualquer demonstração de carinho. Isto foi demonstrado pela constante frase proferida por Jesuíno: “*Vá pro quarto se aprontar que vou lhe usar hoje.*” O ato sexual era uma obrigação da mulher, muitas vezes sendo forçado pelo marido, que violava o corpo feminino apenas para satisfazer suas necessidades.

De acordo com Lima (2009), na década de 1940 foi instituída a ação penal privada como regra nos chamados crimes contra os costumes, portanto só as vítimas podiam denunciar o criminoso e pedir sua punição, fato que visava proteger a intimidade das vítimas e evitar escândalos. Por ofensa contra aos costumes entendia-se a violência sexual, a qual era referida-se aos costumes sexuais e não a pessoa que sofria agressão.

Na sociedade de 1940 era permitido ao marido estuprar a esposa, em nome do débito conjugal, porém se ela fosse estuprada por terceiro não poderia dar queixa da agressão sem a autorização do marido por ser considerada incapaz. Fato este, instituído no Código de Processo Penal vigente na época, o qual somente foi revogado em 1997. Nos casos de estupro por terceiros, o crime era considerado uma desonra/ vergonha, para a família e para a vítima, não para o estuprador, visto que sempre se reconheceu o direito do homem desejar violentamente uma mulher (LIMA, 2009).

O estupro reflete, de forma violenta, uma face do poder masculino implícito nas relações de gênero as quais implicam em relações de poder do homem sobre a mulher. Logo, nos casos de estupro as mulheres não dispõem de seu próprio corpo, ótica esta, constituída a partir da lógica androcentrista, que disponibiliza do corpo feminino para a satisfação sexual do homem (LIMA,2009). No caso representado na telenovela a personagem vivia o contexto de 1920, anterior aos desígnios de 1940, deste modo, a mulher negar-se ao marido era inconcebível, da mesma forma que considerar o ato sexual sem o consentimento de um dos partícipes como estupro.

Ainda nos primeiros capítulos da trama instalou-se na cidade de Ilhéus o Dr, Osmundo, dentista recém formado, que realizou tratamento dentário em Sinhazinha. Osmundo tinha um temperamento completamente avesso ao de Jesuíno, assim o dentista e Sinhazinha acabaram se apaixonando e iniciando um relacionamento que feria os padrões morais da época.

Ocorreu que Dona Dorotéia, a mãe do coronel Amâncio, a qual era tida como a guardiã da moral e dos costumes, descobriu o relacionamento do casal. Por compartilhar as idéias dos homens da cidade, ela contou o que estava acontecendo para Jesuíno e o com o orgulho ferido surpreendeu o casal em cena íntima matando ambos.

A cena demonstrou o pouco valor que era atribuído a mulher, pois de acordo com Ramos (2012), a vida da mulher tem sido construída ao longo de séculos como menos valiosa

que a vida e a honra dos homens, fato que concedeu a estes o direito de assassinar suas companheiras. Deste modo, Jesuíno e Dona Sinhazinha, personagens de Gabriela, representam bem esta construção, pois o primeiro matou sua esposa em defesa de sua honra.

Estudar a legislação brasileira e o contexto histórico da construção da mulher em detrimento da honra masculina, através das transformações legislativas que envolveram a mulher, ao longo dos anos nos possibilita a compreensão dos discursos jurídico e social, que munidos de suas técnicas, produziram uma forma de pensar a mulher como um sujeito inumano (RAMOS, 2012).

A honra, motivo pelo qual Jesuíno matou Dona Sinhazinha, já era tida desde o medievo como um tesouro a ser portado e passou a ser legitimada como um bem jurídico tutelado pelo Estado, sendo considerada como um bem mais valioso que a vida da mulher adúltera. Deste forma, foi legitimado o direito do homem matar a mulher no Código de Penal de 1890, ou seja, o homem estaria apenas defendendo um bem que lhe foi lesado anteriormente ao crime de assassinato, não havendo motivos para ele pagar por um crime cometido em prol de sua legítima defesa (RAMOS, 2012). Esta era a lógica dos homens da época do coronel Jesuíno, que após a morte de sua esposa sofria com sua ausência, mas que acreditava ter feito o que era certo, sendo representado como aceito pela sociedade do período e criticado apenas por alguns.

Contudo, no final da trama ocorreu a condenação de Jesuíno, sinalizando para a evolução das conquistas nos direitos civis. Todavia, conforme Ramos (2012), isto divergiu da legislação da época, pois em 1916 o direito do homem defender sua honra em relação ao adultério foi estendido também para os casos de uniões estáveis. Somente em 1940 os crimes de adultério passaram a ser vistos julgados como iguais, pelo menos no papel, para ambos os cônjuges, cabendo-lhes uma pena de detenção de 15 dias a seis meses.

A agressão física foi uma constante no dia a dia das personagens Malvina e Marialva. Malvina era uma jovem com ideias muito avançadas para sua época, queria estudar na capital, ser professora e casar se encontrasse um grande amor, indo contra os anseios de Melk, seu pai, que desejava vê-la casada com família constituída com um jovem filho de algum coronel. Marialva não concordava com as idéias de Melk, seu marido, mas acreditava que devia obedecê-lo. Ambas as personagens eram espancadas por Melk cada vez que Malvina o

afrontava, sendo que Marialva recebia toda a culpa pelo comportamento da filha. Marialva aconselhava Malvina a não desobedecer o coronel, mas a filha não atendia a mãe.

Para a época a época o fato do pai agredir uma filha não era visto como um problema social mas uma questão de disciplinarização da mulher. Indivíduo este que de acordo com a sociedade patriarcal estabelecida e dita laica, segundo Ramos (2012), guardava em sua legislação fortes indícios da moral católica, que havia sido norteadora dos padrões legais e dos comportamentos sociais nos tempos do império. Isso contribuiu de forma incisiva e performativa para a condição da mulher como ser desqualificado de direito e passível de violência, possibilitando a manutenção da subjugação da mulher ao homem.

Observa-se que os papéis de masculino e feminino exibidos no enredo de Gabriela, conforme Negreiros e Féres-Carneiro (2004), apresentam-se como uma discussão de gênero, pois representam o que seria permitido ao homem e a mulher num dado contexto histórico, envolvendo aprovações, restrições e proibições que seriam apreendidas e transmitidas ao longo das gerações.

Ressalta-se também que à aprendizagem sobre os papéis masculino e feminino, ocorre de forma distinta entre ambos os sexos desde a primeira infância. Isso se deve a influência de agentes socializadores, os quais vêm a determinar atitudes e comportamentos peculiares a cada sexo, ou seja, a noção do que é ser homem ou ser mulher, bem como do que é esperado e permitido a cada um. Fato este mantido pela tendência que meninos e meninas têm de reproduzir a conduta de seus semelhantes, comportamento este, fundamentado na observação direta e na interpretação que se constrói socialmente acerca do masculino e do feminino (NEGREIROS, FÉRES-CARNEIRO, 2004).

Diante disso as cenas de violência em Gabriela podem instigar o processo de aprendizagem histórica, pois promovem o debate e até mesmo a comparação dos direitos da mulher na atualidade e das questões de gênero sempre presentes nas relações entre os seres humanos.

Na mesma direção, as questões que cercam o tema casamento, propõe os debates sobre a condição da mulher na sociedade, o que passaremos a analisar a seguir.

1.3 Casamento

O casamento foi representado como desejo das moças, pois conferia as mulheres amparo e respeito na sociedade. Para Michelle Perrot e Georges Duby, as mulheres seriam o objeto do poder masculino, em trocas matrimoniais (PERROT, 1988).

Este fato foi evidenciado através das personagens irmãs Quinquina e Florzinha dos Reis, as quais eram duas solteironas, que apesar de já não gozarem de plena jovialidade expressavam o desejo de se casar algum dia. Na telenovela, após a morte de dona Sinhazinha, Jesuíno anunciou que ia se casar novamente, episódio este que gerou a disputa entre as irmãs pela atenção do coronel. Para elas o fato do coronel ter assassinado a esposa não era motivo de preocupação, uma vez que demonstravam acreditar que Jesuíno estava certo em lavar sua honra.

Conforme Negreiros, Féres-Carneiro o casamento tem características e atribuições específicas a cada um dos cônjuges que vem a incidir sobre as relações de gênero:

“o casamento é considerado indissolúvel, monogâmico e ligado à reprodução. Abriga duas ordens de responsabilidades morais. A masculina é fundada na relação com o trabalho e na virilidade - manutenção econômica da família e atitude protetora para com os seus membros. A feminina está calcada na preservação da sexualidade e no exercício da maternidade - virgindade pré-nupcial, fidelidade conjugal e dedicação ao lar e filhos [...] (NEGREIROS, FÉRES-CARNEIRO, 2004: 39).

Deste modo percebe-se que a encenação do comportamento das irmãs dos Reis esteve diretamente ligado e justificado na construção social à respeito do casamento, construção esta que denota o estabelecimento de funções dos cônjuges numa clara alusão as relações de gênero entre envolvendo o homem e a mulher.

Na sequência da trama, o personagem de Jesuíno reforçou o debate envolvendo o gênero e casamento. Jesuíno declarou que desejava casar-se novamente, porém com uma moça jovem, em plena capacidade de lhe dar os filhos que não tivera com Dona Sinhazinha, azendo alusão ao papel da esposa na relação matrimonial, e, para tanto elegeu como sua futura noiva a jovem Iracema.

O pedido foi feito de surpresa ao pai da moça. O pai de Iracema argüiu que o coronel havia matado sua primeira esposa, Dona Sinhazinha, ao que Jesuíno retorquiu “*matei porque tinha que matar, se sua filha não merecer não mato*”. Ao pai de Iracema a afirmativa pareceu justa, o pedido foi aceito e acertado um valor com o coronel para custear as despesas que haveria como casamento. Percebeu-se que na trama foi representado o questionamento do pai

de Iracema a Jesuíno, porém o próprio pai da moça, tendo em sua cultura legitimado o direito do homem defender sua honra concordou com o casamento. Novamente a telenovela enfatizou o pouco valor da vida da mulher em relação a honra do homem, bem como o papel da esposa na vida conjugal.

Além do destaque da função da mulher no casamento, foi encenado a função do homem como provedor do lar. Também foi enfatizado o estabelecimento de um acordo financeiro entre sogro e genro, o que explicitou a existencia de um aparelho de troca de favor entre ambos, prática comum no sistema coronelista. Deste modo, a concessão da mão da Iracema em casamento a Jesuíno, traduz-se em vínculo familiar, pois os parentes da noiva passaram a integrar a parentela do coronel e o último passou a zelar por seu bem estar, podendo cobrar a fidelidade da família a seus ideais .

O noivo de Jerusa também foi escolhido pelo avô, o poderoso coronel Ramiro Bastos, evidenciando as relações de gênero na própria família, pois segundo Negreiros, Féres-Carneiro:

[...] Na organização familiar, verifica-se uma clara e explícita assimetria entre homem-mulher e adulto-criança, os primeiros sendo porta vozes da autoridade, detentores de saber e poder. A dimensão pública-masculina é mais valorizada que a privada-feminina, e a participação do homem ou da mulher na área pertencente ao outro é eventual e descontínua. O ponto de equilíbrio se dá na aceitação - acordo tácito - de que cada um deve fazero melhor possível em seus domínios excludentes (NEGREIROS, FÉRES - CARNEIRO, 39: 2004).

Assim, o coronel Ramiro Bastos tendo total domínio sobre os membros de sua família, escolheu um dos filhos dos coronéis que pertenciam a sua parentela como forma de fortalecer sua união com os demais coronéis. Da mesma forma, o coronel Melk procedeu ao escolher Berto como noivo de Malvina, pois além de ser filho do coronel Amâncio o jovem rapaz possuía idéias semelhantes as suas, portanto era o genro ideal, que conseguia dominar Malvina.

O casamento era utilizado internamente nas parentelas como forma de reforçar suas alianças, e, entre parentelas distantes como forma de expandir área de influência de um determinado coronel, ou seja, o coronel que tivesse grande influência já sobre uma região, podia alastrar sua zona de mando se conquistasse uma aliança com outro coronel com menor influência (QUEIRÓZ, 1976). Deste modo, o casamento entre os filhos dos coronéis era mais

um instrumento de ampliação do poder destes coronéis, pois todo sistema se sustentava na fidelidade e na solidariedade estabelecida dentro da parentela.

Nota-se que a mulher era utilizada como moeda de troca no período coronelista, porém Malvina se mostrou menos submissa a vontade do pai que Jerusa e Iracema ao desejo do avô e pai respectivamente. A primeira não aceitou o noivo que lhe foi designado, por não amá-lo e por não concordar com as atitudes de Berto em relação a Lindinalva que fora sua primeira noiva. Este fato veio a demonstrar que a mulher começou a se perceber enquanto um ser de direitos, contrariando o pensamento machista da época, motivo pelo qual Malvina sofreu castigo físico aplicado por seu pai por constrangê-lo frente a família do coronel Amâncio, seu amigo e pai do noivo.

O castigo físico imposto pelo coronel Melk a Malvina trouxe a discussão as condições como a mulher era tratada, por ser vista pelos homens como um indivíduo que precisava ser disciplinarizado.

1.4 Submissão

A submissão foi representada através das personagens Lindinalva, Iracema e Gabriela e Jerusa, pois aceitam a vontade outros, abandonando os próprios anseios mesmo que por algum tempo.

Historicamente construiu-se uma “dicotomia sexual entre homem-mulher com características e peculiaridades próprias e mutuamente exclusivas - assumida por pais, familiares, escola, meios de comunicação e sociedade em geral, é incorporada como uma forte formação, através do desenvolvimento humano” (NEGREIROS, FÉRES-CARNEIRO, 2004: 35). Deste modo, espera-se que os meninos sejam, fortes, independentes, agressivos, competentes e que tenham comportamentos dominantes, ao passo que das meninas a expectativa gira em torno de condutas mais sensíveis, afetuosas, com restrição dos impulsos agressivos e sexuais, portanto mais brandas e submissas, fato evidenciado no comportamento das personagens descritas a seguir.

Lindinalva estava noiva de Berto, mas próximo aos dias do casamento os pais da moça foram vítimas de um acidente automobilístico, ficando a jovem desamparada e com muitas

dívidas. O noivo, muito solícito, consolou Lindinalva e prometeu não desampará-la, mas para isso ele exigiu que a jovem cedesse e antecipasse sua noite de núpcias ao dia do casamento.

A jovem desamparada e confiante no noivo cedeu aos seus caprichos, vestiu-se de noiva e entregou-se a ele, mas o jovem não cumpriu suas promessas abandonando-a a própria sorte, influenciado pela avó, dona Dorotéia que era a guardiã da moral de Ilhéus.

Iracema como as garotas de sua idade que tinham condições financeiras estudava na escola de Ilhéus, porém com a aceitação do pedido de casamento do coronel a jovem abandonou o namorado que amava para obedecer as ordens de seu pai. Após a confirmação da de seu noivado Iracema também foi retirada da escola pelo noivo, pois ele acreditava que mulher não precisava estudar, ter idéias não seria coisa para mulher, somente o cuidado com a família. Assim, a jovem se submeteu primeiro a vontade do pai e depois a do coronel abandonando seus próprios anseios.

Gabriela, a personagem principal da trama novelística, foi mostrada como uma jovem ingênua, que ignorava as convenções sociais e os padrões de comportamento estabelecidos para a mulher na sociedade. Foi representada como uma moça que se sentia livre e gostava de brincar com a molecada, dançar, andar descalça e com vestidos simples. No entanto, ao apaixonar-se por Nacib, um comerciante bem sucedido da cidade, Gabriela passou a ser forçada a comportar-se como as senhoras da sociedade.

Sua submissão começou quando Gabriela casou com Nacib. Ela não entendia porque o papel do casamento podia interferir sobre a felicidade de ambos, mas mesmo assim se submeteu ao desejo de Nacib. Após o casamento Nacib passou a determinar seu jeito de vestir, de andar, suas amizades, fazendo de sua vida uma tristeza, visto que a pessoa Gabriela deixou de existir, tomando seu lugar um modelo de mulher idealizado pelo marido a fim de atender os padrões de comportamento exigidos pela sociedade.

Jerusa, neta do coronel Ramiro Bastos, apaixonou-se pelo rival político do avô, mas para proteger o amado acabou se submetendo a vontade do avô. Se Jerusa continuasse a encontrar-se com Mundinho Falcão a vida deste estaria em risco, pois o avô já o havia tocado. Deste modo, para protegê-lo a garota aceitou entrar para um convento como Ramiro Bastos ordenou. O avô tomava todas as decisões da família e mesmo a mãe da garota sendo contra a reclusão de Jerusa a um convento, as mulheres da casa só restou acatar as decisões do coronel.

De acordo com o Código Civil de 1916, a família era organizada de forma hierárquica, o homem era o chefe e a mulher estava em condição de inferioridade legal. No texto de 1916 houve prevalência do patriarcado em detrimento do matriarcado, estabeleceu-se exigência da monogamia, da nulidade dos casamentos nos casos em que a moça não fosse virgem e afastou-se possibilidade de herança das filhas mulheres que tivessem comportamento desonesto. Assim, a mulher perdeu sua capacidade civil plena, não podendo praticar sem o consentimento do marido inúmeros atos que praticaria sendo maior de idade e solteira (Ramos, 2012). Logo, as mulheres passavam da autoridade do pai a do marido, visto que as moças casavam-se muito jovens naquele período.

Nas cenas representadas Jerusa estava sob a tutoria do avô, que exercia o mando sobre toda a família. Lindinalva teve em Berto seu provedor após a morte dos pais, logo acatou o seu mando, enquanto Iracema e Gabriela passaram a ser tuteladas pelos maridos após o casamento. Em razão da cultura vigorante na época as personagens não se percebiam como seres de direitos, mas como indivíduos que deviam obedecer aos mandos de seus tutores, pois estes eram seus provedores logo tinham autoridade sobre seus pensamentos e seus corpos.

O que podemos perceber a partir dessa análise é que o caminho percorrido pela mulher em busca de seus direitos foi arduo, pois idéias oriundas da sociedade grega perpetuaram até algum tempo atrás, diferenciações entre mulheres e homens, pois a liberdade, igualdade e fraternidade estavam, pautadas em características como cor de pele (branca), sexo masculino, heterossexualidade e posses. Este fato acirrou as diferenças entre os gêneros, colocando os indivíduos que não atendiam tais características em desvantagem. Deste modo, a mulher permaneceu numa posição de indivíduo incapaz por muito tempo (CARVALHO, 2011).

Contudo, na década de 1930, as condições de igualdade das mulheres começaram a ser repensadas, iniciando-se um processo lento de mudança na estrutura social. Mas, somente a partir da década de 1970, foram intensificadas as lutas por condições de igualdade de gênero, surgindo os movimentos feministas. Em 1975 surgiu a década da mulher, momento em que aconteceram encontros focados no fim da discriminação da mulher, a fim de enquadrá-la planos de desenvolvimento. Tais encontros foram um espaço para o fortalecimento e discussão das questões de gênero, visando a implementação de estratégias e políticas públicas

voltadas a valoração da mulher e da aceitação da mesma como indivíduo igual ao homem (CARVALHO, 2011).

Nesta perspectiva o estudo das mensagens colocadas na telenovela podem impulsionar a aprendizagem histórica, pois assistir cenas que revelam a condição da mulher no período coronelista o telespectador pode iniciar debate sobre as mesmas. Para Rüsen (2012), a aprendizagem histórica se processa em espaços para além dos ambientes acadêmicos, logo as cenas da telenovela podem instigar ao conhecimento e promover a aprendizagem histórica.

O debate gerado pelas cenas exibidas em Gabriela provoca na população telespectadora uma troca de conhecimentos, pois cada telespectador que assistiu os capítulos de Gabriela decodificou/ interpretou a mensagem exibida na telenovela com base em sua própria cultura e repassou a outros debatedores/telespectadores (THOMPSON, 2009 a), sendo esta troca de informações que propicia a aprendizagem histórica e faz os homens analisarem e repensarem os próprios atos uma vez que são sujeitos participes no processo histórico.

Considerações finais

Pelo presente estudo foi possível analisar a representação das relações de gênero envolvendo mulheres na telenovela Gabriela e suas implicações para a aprendizagem histórica. A metodologia empregada possibilitou destacar situações em que as relações de gênero sujeitaram a mulher a uma condição de inferioridade ao homem.

Percebeu-se que o contexto de co-presença dos personagens, bem como suas vivências na trama pode gerar um padrão de identificação com o telespectador, proporcionando a discussão das temáticas abordadas pela telenovela com outros telespectadores. Este processo de troca de idéias e saberes que são norteados pela cultura em que o telespectador está inserido ocasiona a aprendizagem histórica, pois o conhecimento histórico se constrói também em espaços além da academia, mediante a alocação do telespectador num espaço de cultura mediada, possibilitando a formação de uma memória coletiva, a cerca dos processos históricos, sobretudo os que envolvem transformação da posição da mulher na sociedade.

Encontrou-se como limitação desta pesquisa a lacuna existente na literatura científica vinculando aprendizagem histórica, mídia televisiva e gênero, mesmo tendo-se noção que o ensino de história se processa também em espaços para além da sala de aula.

Espera-se que este estudo possa trazer um novo olhar sobre as possibilidades de aprendizagem histórica, e que possa também servir de recurso para a práxis do professor/pesquisador tanto no ensino de história envolvendo questões de gênero como para a pesquisa que abarquem esta temática.

Fonte documental

Gabriela. Telenovela. Produção Rede Globo de Televisão. Autoria: Walcyr Carrasco. Direção: Mauro Mendonça Filho Mauro Mendonça Filho, Frederico Mayrinc e Noa Bressane, 2012. Disponível em: <http://tv.globo.com/novelas/gabriela/index.html>

Referências

BRASIL, Lei 8009/90. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8009.htm

CARVALHO, DJ. A conquista da cidadania feminina. Saber acadêmico, s/v, n ° 11, p.: 143-53, 2011. Disponível em: <http://www.uniesp.edu.br/revista/revista11/pdf/artigos/12.pdf>

GONÇALVES, AL. História e gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores de 2009. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindic sociais2009/indic_sociais2009.pdf

LIMA, FR. O novo estupro na ótica constitucional. Jus Navigandi, Dez 2009. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/14020/o-novo-estupro-na-otica-constitucional/2>

MARTINS, ECR. Aprendizagem histórica: desafio e projeto. In: RÜSEN, J. Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas. Curitiba: W.A. Editores, 2012

NEGREIROS, TCGM; FÉRES-CARNEIRO, T. Masculino e feminino na família contemporânea. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, n. 1, v. 4, p. 34- 47, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v4n1/v4n1a04.pdf>

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARTE

PERROT, M. As mulheres, o poder e a história. In: Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

QUEIROZ, M. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: HOLANDA, SB (org). História geral da civilização brasileira. vol.8.5ª ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Difel, 1976.

RAMOS, MD. Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. Estudos Feministas, Florianópolis, n. 20, v. 1, p. 53-73, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2012000100004&script=sci_arttext

ROCHA, H.; MAGALHÃES, M.; CONTIJO, R. A aula de história como texto: historiografia e ensino de história. In: _____ A escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

RÜSEN, J. No caminho para uma pragmática da cultura histórica. In: _____. Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas. Curitiba: W.A. Editores, 2012

SCHIMIDT, MA; BARCA, I.; MARTINS, ER. Jörn Rüsen e o ensino de história. Curitiba, Editora da UFPR, 2010

THOMPSON, J.B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. 11ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes: 2009a

_____. Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 8ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes: 2009b

TONON, J.B. Recepção de telenovelas: identidade e representação da homossexualidade. Um estudo de caso da novela “Mulheres Apaixonadas”. Comunicação e Informação, V 9, nº 1, p: 30-41, 2006. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=11997>